

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.484 - SP (2019/0245430-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **E DE J DE O F**  
**ADVOGADOS** : **MATEUS DE OLIVEIRA ROSSETTI - SP272340**  
: **FERNANDA HORTA FRANÇA - SP333408**  
**AGRAVADO** : **R S F**  
**ADVOGADOS** : **DANIEL BRAJAL VEIGA - SP258449**  
: **FLAVIA BOTTA - SP351859**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por EdeJdeOF contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

ALIMENTOS - EXONERAÇÃO - Ex-cônjuges – O direito aos alimentos, por ocasião do divórcio, decorre do princípio da solidariedade familiar, nos termos do art. 1.694 do CC. Os alimentos devidos entre ex-cônjuges têm caráter transitório e objetivam constituir instrumento de motivação, para que o alimentando procure meios próprios de subsistência. Precedente do STJ - Ré que recebeu pensão por tempo mais do que suficiente para reorganizar sua vida financeira e se qualificar com vistas a ingressar no mercado de trabalho para prover sua própria e total subsistência – Exoneração alimentar possui efeitos *ex nunc* - Sentença mantida – RECURSO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDO, apenas para concessão da gratuidade pleiteada. RECURSO DO AUTOR DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto no art. 1.708 do Código Civil.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 895-906.

É o relatório. Decido.

2. Cinge-se a controvérsia em definir os efeitos da sentença que exonera a parte da obrigação alimentar.

Pleiteia o autor que a exoneração retroaja à data em que a recorrida constituiu união estável com seu atual companheiro.

Por sua vez, o acórdão recorrido preconizou que "a exoneração da obrigação alimentar possui "efeitos *ex nunc*, de modo que não retroagem" (fl. 851), afirmando serem devidos os alimentos "até o momento em que restou decretada judicialmente sua exoneração".

# *Superior Tribunal de Justiça*

No julgamento dos EREsp 1.181.119/RJ, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento segundo o qual os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera a parte da obrigação alimentar retroagem à data da citação, com a ressalva de que os valores já pagos são irrepetíveis e não podem ser objeto de compensação com prestações vincendas. O acórdão ficou assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CABIMENTO. REVISÃO DOS ALIMENTOS. MAJORAÇÃO, REDUÇÃO OU EXONERAÇÃO. SENTENÇA. EFEITOS. DATA DA CITAÇÃO. IRREPETIBILIDADE.

1. Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas.

2. Embargos de divergência a que se dá parcial provimento.

(EResp 1181119/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 20/06/2014).

Posteriormente, foi editada a Súmula 621/STJ, do seguinte teor: "Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade".

3. Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento em parte ao recurso especial, a fim de determinar que os efeitos da sentença que exonerou o alimentante do pagamento retroajam à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator